

IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO PARA A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO ENSINO TÉCNICO

Sâmia D'Angelo Alcuri Gobbo¹, Flávia Teixeira do Amaral Gonçalves Rodrigues², Carlos Roberto Pires Campos³

¹Ifes - Instituto Federal do Espírito Santo, Rua Monsenhor Pavese, 121, Centro, Alegre/ES, 29.500-000, sdagobbo@ifes.edu.br

² Superintendência Regional de Educação Comendadora Jurema Moretz-Sohn, Guaçuí-ES, Rua Joaquim Machado de Faria, nº 303, Guaçuí, CEP 29560 000, ftagrodrigues@sedu.es.gov.br

³ Ifes - Instituto Federal do Espírito Santo/ Av Saturnino de Brito, 1280/404 Vitoria, ES, carlosr@ifes.edu.br

Resumo – Neste trabalho, põe-se em reflexão o processo de planejamento como articulador na implantação do Ensino Médio Integrado. Para tanto, inicia-se com um recorte a partir da concepção de planejamento com professores da EEEM “Monsenhor Miguel de Sanctis”, atuantes do curso de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio com Habilitação em Vendas. A pesquisa revelou haver uma representação negativa acerca do planejamento, o qual, para os professores, não passa de um instrumento burocrático que serve como modelo para atingir os objetivos já traçados. O envolvimento dos educadores para com o instrumento e com o curso não se efetiva. O planejamento participativo, como prática reflexiva, precisa ser trabalhado, pelo fato de se constituir instrumento chave para que aconteça a transformação consciente, dentro da realidade e limites que se insere o Ensino Médio Integrado. O professor como agente transformador, precisa e deve buscar dentro da reflexão e práxis, ações para que as mudanças aconteçam.

Palavras-chave: Planejamento Participativo, Articulação, Ensino Médio Integrado.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Introdução

A Educação Profissional vem passando por mudanças, em que o resgate do processo histórico nos leva a entender as transformações ocorridas ao longo do tempo. Hoje a busca da integralidade entre a educação profissional e o ensino médio nos converge para a adoção de um planejamento efetivo, partindo do princípio que este seja o norteador de seu processo de implantação. Um planejamento flexível, com limites e potencialidades, capaz de re-significar, orientar e dinamizar o trabalho, para que ocorra a integração de acordo com a realidade de cada Unidade de Ensino.

Durante muitos anos a Educação Profissional possuiu um caráter absolutamente assistencialista. No início do século XX, agregaram-lhe o valor do capital, atendendo às exigências do mercado, com qualificação apenas de atividades manuais. No entre-guerras, houve mudança no perfil da sociedade brasileira, a qual acarreta uma dualidade na educação, demarcada por aqueles que

irão desempenhar as funções intelectuais e por aqueles, que irão executá-las, destinados respectivamente à elite e à classe operária, o que prossegue, mesmo depois das instituições das Leis Nº 4.024/61, Nº 5.692/71 e Nº 7.044/82.

Com a crise instaurada com a ruptura da Ditadura Militar, em meio às mobilizações dos movimentos sociais, é aprovada e sancionada em 20 de dezembro de 1996, a Lei Nº 9394, porém a estruturação do ensino profissional e técnico ficou, estrategicamente, aberta, o que propiciou a instituição do Decreto Nº 2.208/97, o qual traz em sua proposta uma desarticulação estrutural, ainda maior, entre o ensino médio e o ensino técnico, porém em contrapartida, em 2004 é instituído o Decreto Nº 5.154/2004, o qual trouxe mudanças que abriram novas possibilidades de organização do Ensino Médio e da Educação Profissional de nível técnico, dentre elas a de realizar o Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico.

A idéia da formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente, uma mudança que precisa

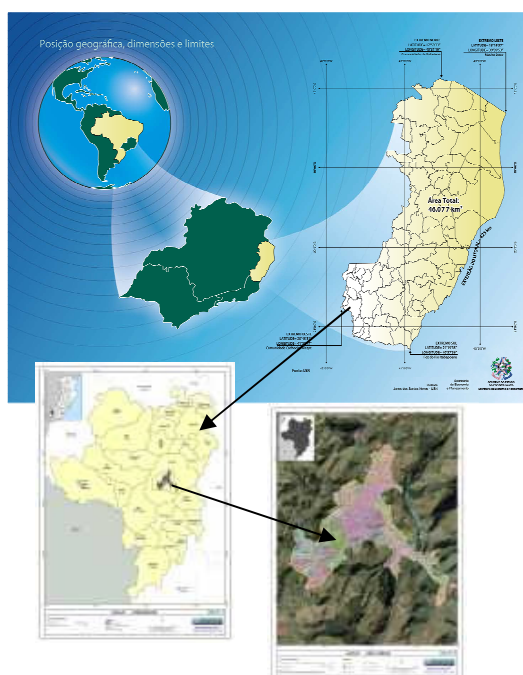
de um suporte, propiciado pelo planejamento, que deverá acontecer de forma reflexiva e consciente, uma vez que a visão metafísica vem perdendo lugar para a cosmovisão universalizante. Com o avanço das políticas educacionais houve necessidade de abrir espaço para reflexões e discussões sobre planejamento escolar, em especial na modalidade Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, pelo perfil integrador que o caracteriza e o diferencia de outras modalidades. A presente pesquisa tem como objetivo conhecer e analisar as diferentes percepções de planejamento, bem como as diferentes formas como o mesmo se desenvolve no cotidiano da escola.

Metodologia

A Escola Estadual de Ensino Médio “Monsenhor Miguel de Sanctis”, foco desta pesquisa, situa-se no município de Guaçuí, Estado do Espírito Santo.

Este município (FIGURA 1) caracteriza-se, segundo informações do IBGE (2006), por possuir forte vocação para a agropecuária, afinal, a cafeicultura e a pecuária leiteira, são as duas maiores fontes de emprego e renda que o município possui.

Figura 1 – Posição Geográfica de Guaçuí



Fonte: IBGE/IJSN. Montado pelos autores.

Em relação à importância da agropecuária, há de se considerar que o comércio sempre deu estabilidade à vida econômica do município. A história mostra que Guaçuí sobreviveu a grandes crises de preços, tanto do café quanto do leite, graças à atividade mercantil, tendo como facilitador a localização geográfica privilegiada: a 40 quilômetros do norte estado do Rio de Janeiro e a 30 quilômetros da Zona da Mata de Minas Gerais, pelas rodovias principais. Isto permitiu que a cidade se consolidasse como subcentro regional, exercendo influência sobre municípios capixabas, fluminenses e mineiros, além de ser detentor da segunda maior concentração comercial do sul do Espírito Santo. Essa concentração, construída ao longo do tempo, permite que a cidade ofereça inúmeras opções de compra.

Para obter os dados para esta pesquisa de caráter fenomenológico, utilizou-se um questionário semi-estruturado com 22 questões, aplicado sob a forma de entrevista individual, totalizando 10 professores que atuam na 1ª série do Curso Ensino Médio Integrado em Vendas, oferecido no turno Matutino.

Os dados obtidos nos questionários foram tabulados e examinados por meio da análise estatística trabalhada em termos de frequência simples relativa em porcentagem ($f_{ri}\%$), sendo o quociente entre a frequência absoluta simples (f_i), que é definida como o número de vezes ou de informações verificadas em cada classe, e a frequência total (f_t), que representa a soma de todos os elementos observados nas frequências absolutas simples, ou seja:

$$F_{ri}\% = \frac{f_i}{f_t} \times 100 = \frac{f_i}{N} \times 100$$

O conjunto de dados foi resumido numa tabela, através do agrupamento com as respectivas frequências. A partir dos dados originais distribuídos em classes, foi elaborada a representação gráfica, gerados por meio do programa *Microsoft Office Excel 2007*, com o objetivo de produzir uma impressão rápida e viva do fenômeno em estudo.

Resultados

Com base na própria intenção desta pesquisa, e fiel ao objetivo de realizar um

estudo sobre planejamento escolar, o universo pesquisado compõe-se de 10 professores que atuam no curso de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio com Habilitação em Vendas da EEEM Monsenhor Miguel de Sanctis. A opção por professores acontece por considerá-los os profissionais mais diretamente envolvidos com os processos e resultados da aprendizagem escolar (LIBÂNEO 2001). Ressaltando, porém, que não são considerados os únicos envolvidos no processo, mas apenas uma parte dos envolvidos.

Os dados serão apresentados graficamente. Alguns foram agrupados, inserido respostas de 2 questões, o que justifica um somatório superior a 100% nestes casos especificamente.

Dos entrevistados, apenas 70% dos professores possuem lotação efetiva e 30% por meio de designação temporária, o que provoca uma constante alteração no quadro docente, podendo ocasionar uma ruptura no processo do planejamento. Isso, considerando-se a importância da participação dos docentes ativamente no planejamento escolar, o que propicia o comprometimento bem como a organização de suas atividades com base no que foi decidido coletivamente (PADILHA, 2002).

Quanto à habilitação para o magistério, identificou-se que 90% dos profissionais são habilitados o que pode proporcionar um ganho para o processo ensino aprendizagem. Verifica-se que 100% dos profissionais da educação da unidade escolar possuem nível de especialista, fato que tende a contribuir positivamente para o rendimento dos alunos.

Quando interrogados sobre a construção do Projeto do Curso, verificou-se que 60% dos profissionais possuem conhecimento deste instrumento, porém, apenas 20% declararam que tiveram uma participação ativa na elaboração do plano de curso, ou seja, 80% afirmam não possuir participação nenhuma na elaboração do mesmo.

Ao serem questionados sobre a importância do planejamento para sua atuação, tanto no Projeto de Ensino-Aprendizagem como no Plano de Curso, 90% dos professores consideram relevante e apenas 10% não o consideram.

Quanto ao significado do planejamento, os dados apresentados nos revelam que 60% do professorado conceituam-no como

funcional, considerando-o como um roteiro para ser seguido, 10% como um instrumento para apenas preenchimento de formulários com objetivos previamente propostos e 30% o consideram como prática contraditória, que busca re-significar e orientar o trabalho.

Ao serem questionados sobre a importância da formação continuada relacionada à política, história da educação, tecnologias e sociedade, todos afirmaram positivamente, verificou-se, assim, que o profissional da educação aspira por novos conhecimentos, mostrando que está sempre em busca de uma formação contínua, bem como, reconhece que a evolução de suas competências tende a ampliar o seu campo de trabalho. Esta aspiração é confirmada com a afirmativa de que todos possuem hábitos de estudos diários sendo que 40% estudam 1 hora por dia e 60% 2 horas por dia. Estes resultados são apresentados na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Percepção dos Professores

PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO AO ATO DE PLANEJAR	
Sua relação com a elaboração do Projeto de Curso	Percentual (%)
Conhecem o projeto	60
Participaram da elaboração	20
Nenhuma participação	80
Perfil do profissional a ser formado, traçado no Projeto de Curso	Percentual (%)
Conhecem	50
Desconhecem	50
Função do planejamento na atuação do professor	Percentual (%)
Consideram importante	90
Não consideram importante	10
Função do planejamento para o professor	Percentual (%)
Uma funcionalidade	60
Um mero instrumento pedagógico	10
Uma prática contraditória	30
Hábito de estudo diário (média praticada pelo professor)	Percentual (%)
1 hora	40
2 horas	60
O professor, de modo geral, possui consciência quanto aos aspectos:	Percentual (%)

Político, filosófico e histórico	40
Pedagógicos	30
Nenhum	20
Não opinou	10

Fonte: Dados da pesquisa

O que chama a atenção é a visão que o educador tem de sua classe, o qual, ao ser questionado, revela a falta de consciência política, filosófica e social do professor, uma vez que 40% afirmam ter essa consciência, fato preocupante em relação à sua formação como sujeito crítico, tendo em vista o importante papel que desempenha frente à formação do educando.

Discussão

O professor exerce um papel fundamental no processo educacional, Brzezinski (2004) o define como um profissional dotado das capacidades, entre tantas outras, de produzir conhecimento sobre seu trabalho, de tomar decisões em favor da qualidade cognitiva das aprendizagens escolares e, fundamentalmente, de atuar no processo constitutivo da cidadania, seja ele criança, jovem ou adulto. Atuando como agente de transformação, a participação dos docentes junto ao planejamento escolar pode revelar-se como uma forma de organização coletiva de suas atividades.

O planejamento como um instrumento é para Menegolla e Sant'anna (2001) direcionador de todo o processo educacional, pois estabelece e determina, as grandes urgências, indica as prioridades básicas, ordena e determina todos os recursos e meios necessários para a consecução de grandes finalidades, metas e objetivos da educação.

É importante a reflexão do professor frente a essas questões até então levantadas, para que, com domínio e clareza de sua realidade bem como de sua finalidade, participe da tarefa educativa de forma relevante, pois, para Padilha (2002), a participação dos docentes ativamente no planejamento escolar acaba propiciando comprometimento e organização de suas atividades com base no que foi decidido coletivamente.

Para que aconteça uma efetiva implantação do EMI, é fundamental para o

professor, segundo Libâneo (2001) repensar as tradicionais práticas pedagógicas, tendo em mente a verdadeira finalidade do ensino que se quer trabalhar, tomando decisões coletivamente, formulando o projeto pedagógico, dividindo com os colegas as preocupações, desenvolvendo o espírito de solidariedade, assumindo coletivamente a responsabilidade pela escola, investindo no seu desenvolvimento profissional.

Para este autor não há reforma educacional, não há proposta pedagógica sem professores, isso porque estes são os profissionais diretamente envolvidos com os processos, em busca de resultados, da aprendizagem escolar (LIBÂNEO 2001).

O planejamento participativo vem ganhando relevância no meio acadêmico que acredita que a descentralização do sistema educacional, que vem ocorrendo, é um caminho para a democratização da gestão educacional e conseqüente melhoria da qualidade do ensino. Para tanto, é de suma importância o entendimento do papel da escola, bem como, suas relações frente à sociedade.

A análise das suas particularidades bem como suas forças externas, é imprescindível para que aconteça um processo de planejamento eficaz. Para Castro *et al* (2008), as escolas têm uma atividade criadora própria, que faz de cada uma delas um grupo diferente das demais. Cabe ressaltar que apesar de toda importância na especificidade da realidade da escola, sua autonomia deve ser entendida de forma relacional, dentro de um contexto de interdependência, devido aos seus vínculos com um sistema determinado.

Assim, a autonomia que a escola possui precisa ser considerada com certo grau de relatividade, pois pode ser autônoma em relação a umas coisas e não o ser em relação a outras. A autonomia é, portanto, uma maneira de gerir e orientar as diversas dependências em que os indivíduos e os grupos se encontram no seu meio biológico ou social, de acordo com as suas próprias leis (BARROSO,1998).

Assim, a reflexão sobre estes contextos desperta para derrubar as barreiras existentes e buscar uma prática democrática e participativa, em que cada escola, ao planejar sua trajetória, leva em conta suas variantes, discutindo com

todos os envolvidos da comunidade escolar e comunidade local, criando um vínculo entre as pessoas envolvidas, democratizando as decisões. Quanto maior o envolvimento dos participantes com o planejamento, maior o comprometimento, porém, cabe ressaltar o que Dalmás (1994) nos alerta acerca da participação total, considerando-a ilusória. O fato é que há a necessidade de um grupo razoável se dispor a assumir a nova proposta, o que deve servir de convite para outros grupos se integrarem na jornada vivenciada. Aos poucos os envolvidos vão percebendo que fazem parte do processo. Os conflitos, choques, questionamentos, exigências, incertezas, dúvidas e inseguranças, além do risco fazem parte do desafio.

O trabalho coletivo é condição básica no momento histórico de hoje, para a concretização de uma prática transformadora, pois a fragmentação da vida bem como da educação, fazem parte da estratégia da classe dominante. Muramoto (1991) a isso se refere ao dizer que os trabalhadores que não se comunicam, para refletir sua prática profissional, tendem a uma visão parcial do processo de trabalho, perdendo então a possibilidade de controle sobre este.

Nesse sentido, Castro, Tucunduva e Arns (2008) afirmam que a escola precisa de uma nova estrutura, que desperte o sujeito para uma nova consciência e convivência reflexiva, o que permite um conhecimento mais crítico. Assim, a escola deve perder o medo burocrático de perder tempo, achando que o estudo é perda de tempo, pois qualquer instituição que necessita se inovar, precisa parar e pensar nas possíveis mudanças. Porque então, que a escola não pode parar e pensar as inovações necessárias na hora de planejar?

Conclusão

As discussões frente ao planejamento nas últimas décadas têm se tornado intensas em todos os âmbitos que compõem a sociedade, seja político, social ou econômico. Como resultado dessas discussões, surgem várias definições e conceitos, justamente por serem concebidas de matrizes de análise distintas, mas que acabam em um ponto comum, sendo definido como previsão formalizada e sistematizada de ações a serem

desencadeadas, com a intenção de alcançar determinados fins.

Em busca dessa mudança, é que na integralidade do Ensino Médio e da Educação Profissional, o planejamento surge sob uma nova concepção, rompendo o seu papel, até então, de um planejamento funcional e normativo, para o papel de instrumento de intervenção e transformação.

O idealismo, o formalismo e a não participação, partes integrantes daquele planejamento, vão perdendo lugar para a participação, a reflexão e a práxis. Através da intervenção no real, o formalismo bem como o idealismo, vão se perdendo, dando lugar à participação dos envolvidos, com a teorização dos conhecimentos articulada à ação, ou seja, uma atividade teórico-prática.

Em face dos diferentes níveis de planejamento, no que se refere ao planejamento escolar, por se tratar de um espaço de relações que se interagem com o cotidiano da vida, urge que todos se envolvam para que aconteça a transformação e a formação de cidadãos críticos, visando ao desenvolvimento social, para atingir os objetivos propostos.

O professor desempenha um papel importantíssimo em relação ao planejamento e às mudanças almejadas uma vez que possui uma estreita ligação com todos os envolvidos. Para tanto é preciso resgatar o seu papel de agente transformador, tirando-o da alienação em que se encontra.

Para assegurar uma melhor implantação do EMI ao Ensino Técnico, propomos uma reflexão acerca do planejamento, visto que as mudanças são necessárias, e que o consideramos como peça chave para quebrar a dualidade até então existente na educação.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.496, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. In: Educação Profissional e Tecnológica: Legislação Básica. Brasília: MEC, 2005 a. p. 5-7.

_____. **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9.496, de 20 de

dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 2005b.

_____. **Decreto-Lei n. 8.529 de 2 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Primário.

_____. **Lei nº 9.496, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 2005b. In: **Educação Profissional e Tecnológica:** Legislação Básica. Brasília: MEC, 2005c. p. 11-36.

_____. **Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 5692 de 11.08.71,** capítulo IV. Ensino Supletivo. Legislação do Ensino Supletivo, MEC, DFU, Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília, 1974.

_____. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

BARROSO, J. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. In: FERREIRA, N. S. C. (org.) **Gestão Democrática da educação:** atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortes, 1998.

BRZEZINSKI, Íria. **Políticas educacionais de formação de professores e os debates sobre a reforma universitária: as arenas de poder.** Goiânia, 2004. Impresso por meios eletrônicos.

CASTRO DE, Patrícia A.P.P., TUCUNDUVA, Cristiane Costa, ARNS, Elaine Mandelli. **A importância do planejamento das aulas para organização do trabalho do professor em sua prática docente.** ATHENA. Revista Científica de Educação, v. 10, n. 10, jan./jun. 2008.

DALMÁS, A. **Planejamento participativo na escola.** Petrópolis: Vozes, 1994.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Localizado em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acessado em 02 jul 2009.

IDEIES. Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo. 1998.

Localizado em <<http://www.ideies.org.br/>>
Acesso em: 10 set 2009

LIBANEO, José C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

MENEGOLLA, Maximiliano. SANT`ANNA, Ilza Martins. **Por que Planejar? Como Planejar?** Petrópolis: Vozes, 2001.

MURAMOTO, Helenice M. S. **Supervisão Escolar – Para quê te quero?.** São Paulo: Iglu, 1991.

PADILHA, R. Paulo. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola.** São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

XVINIC

Encontro Latino Americano
de Iniciação Científica

XI EPG

Encontro Latino Americano
de Pós Graduação

VINIC Jr

Encontro Latino Americano
de Iniciação Científica Júnior